



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br



CUT BRASIL **CONTRAF**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

 /SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX nº 5260 – 10 fevereiro de 2016

Contraf-CUT promove seminário sobre nova cláusula da CCT de melhoria nas condições de trabalho

A Contraf-CUT quer unificar a ação sindical para implementação da cláusula 57ª da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT 2015/2016), que dispõe sobre o desenvolvimento de programas para a melhoria contínua das relações de trabalho nos bancos.

A nova cláusula é um dos temas da mesa de prevenção de conflitos que será retomada com a Fenaban, no dia 29 de fevereiro. Mas antes do encontro com os bancos, a Contraf-CUT realiza, no dia 15 de fevereiro, um seminário nacional para discutir o tema.

O encontro, na sede da Confederação, em São Paulo, será voltado para coordenadores das COES, integrantes do Coletivo Nacional de Saúde e do Comando Nacional, mas está aberto a todos os dirigentes sindicais. O secretário de Saúde Contraf-CUT, Walcir Previtale, explica que a cláusula foi incorporada na CCT 2015/2016 após as conclusões do Grupo de Trabalho (GT) para analisar as causas dos afastamentos no setor bancário.

O processo negocial com a Fenaban em 2015 foi marcado por intensos debates a respeito da imposição de metas abusivas e o risco que representam para a saúde dos trabalhadores em todo o país. Pela primeira vez, as instituições bancárias reconheceram excessos na cobrança de metas e aceitaram negociar as soluções visando a melhoria das relações e das condições de trabalho dentro dos bancos. A cláusula 57ª determina que a Fenaban institua, em cada banco, uma comissão paritária, constituída por representantes das COE's (Comissão de Organização dos Empregados), da Contraf-CUT e do empregador, para acompanhamento e implementação de políticas que intervenham nos ambientes de trabalho, com objetivos de melhorar as relações e condições de trabalho.

Bancos terão que informar à Receita movimentações

A Receita aumentou o controle sobre a movimentação financeira dos brasileiros, agora, os bancos vão ter que informar todas as movimentações financeiras acima de R\$ 2 mil.

Desde o fim do ano passado, quando alguém transfere dinheiro, saca, faz uma aplicação no valor acima de R\$ 2 mil, dentro de um mês, o banco tem que informar ao Fisco. Além dos bancos, consórcios e seguradoras também estão obrigadas a notificar a Receita. E no caso das empresas, a notificação tem que ser feita quando houver uma movimentação de R\$ 6 mil ou mais. A exigência já existia. Mas antes, a notificação era feita quando a pessoa movimentava mais de R\$ 5 mil e a empresa mais de R\$ 10 mil, no período de seis meses.

Especialistas consideram a medida exagerada ao exigir a notificação de valores baixos. O tributarista Jacques Veloso de Melo diz que a Receita pode estar quebrando o sigilo dos contribuintes. "Uma coisa é ela invadir minha privacidade, com autorização judicial, no caso de uma investigação, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, ou coisa que o valha. Outra coisa é ter uma regra genérica atingindo toda a população de forma discriminada", diz.

A Receita nega quebra de sigilo. Em nota, diz que a Constituição permite que a administração tributária identifique o patrimônio e os rendimentos dos contribuintes. O subsecretário de Fiscalização, Iágaro Jung Martins, argumenta que a medida também foi adotada para adequar o país a um acordo de administração tributária feito com os Estados Unidos para combater sonegação fiscal e lavagem de dinheiro e que as informações encaminhadas permanecem sob sigilo.



Bancos assinam contrato para operar contas-salário de servidores

O Ministério do Planejamento informou na última sexta-feira, 05/02, que nove instituições financeiras assinaram contrato com o governo para operar as contas-salário dos servidores, aposentados, pensionistas, anistiados e estagiários do Poder Executivo Federal. São elas: Banco do Brasil, Bancoob, Banrisul, Bradesco, Caixa Econômica Federal, HSBC, Itaú Unibanco, Santander e Sicredi. De acordo com o governo, o processo ocorreu por meio de edital de credenciamento publicado no último mês de dezembro.

"O objetivo do governo com a medida é gerir, de forma adequada, um ativo financeiro importante que passa a ser rentável ao Estado brasileiro", informou o representante do Ministério do Planejamento.